

O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO FATOR ESSENCIAL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

THE RIGHT TO INFORMATION AS A KEY FACTOR FOR FOOD SECURITY

Brenda Reis dos Anjos¹

Carla Vladiane Alves Leite²

RESUMO

Na atualidade, nota-se que os consumidores têm experimentado mudanças cada vez mais intensas no setor alimentício por conta de inúmeros fatores, como o constante avanço das tecnologias, os distintos hábitos e costumes e a celeridade da informação. A questão da segurança dos alimentos é uma questão a ser analisada coletivamente, por conta das consequências danosas a que o consumidor se expõe, tais como doenças, ferimentos dentre outros fatores. Causa ainda prejuízos econômicos em que incorrem os estabelecimentos pela perda de clientes para a concorrência. Vários eventos de caráter sanitário, especialmente a partir da década de 1990, fizeram com que os consumidores mudassem de forma radical seu entendimento sobre a segurança sanitária dos alimentos. Assim, a essencialidade de se obter informações mais claras a respeito de mecanismos organizacionais que garantam a segurança dos alimentos, bem como o adequado manuseio dessas informações por parte da população justifica esta pesquisa.

Palavras-chave: Direito à informação. Segurança alimentar.

ABSTRACT

At present, we note that consumers have experienced changes increasingly intensive in the food industry due to numerous factors, such as the constant advancement of technologies, different habits and customs and speed information. The issue of food safety is an issue to be analyzed collectively, because of the harmful consequences that the consumer is exposed, such as illness, injury, among other factors. Still causes economic losses incurred by the establishments for the loss of customers to competitors. Several events of a sanitary, especially from the 1990s, have made consumers changed radically their understanding of food safety. Thus, the essentiality of obtaining clearer information about organizational mechanisms that ensure food safety and the proper handling of such information by the population justifies this research.

¹ Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Graduanda no curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: brendadosanjos_m@hotmail.com.

² Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Especialista em Direito Penal e Processo pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA-AM). E-mail: carlinha_vladiane@msn.com / cv_advocacia@hotmail.com.

Keywords: Right to information. Food's security.

1 INTRODUÇÃO

A cautela para os atributos de qualidade e de responsabilidade social vem ampliando de forma significativas no mercado mundial de alimentos. Nota-se que as estratégias competitivas dos grandes grupos do seara agroalimentar visam conquistar a confiança do consumidor no que tange à qualidade, à procedência e à sanidade dos alimentos na produção final. Assim, o presente trabalho tem por objetivo salientar a importância da informação tempestiva e clara para influência na dinâmica dos processos de segurança dos alimentos por parte dos consumidores.

No decorrer dos anos foram instituídos, na sociedade de risco, órgãos específicos e sistemas de informação para o tratamento da qualidade dos alimentos, bem como foram estabelecidos mecanismos de identificação visando assegurar ao consumidor maior segurança no ato do consumo. As informações fornecidas através desses procedimentos, a rastreabilidade, os selos de qualidade e a notoriedade e confiabilidade da marca servem para garantir aos consumidores, no ato de compra e de consumo de alimentos, um padrão mínimo de qualidade, o que mitiga o grau de incerteza de um possível evento. Essa demanda gerou um grande número de informações fundamentadas em legislações e normas de comércio, as quais são repassadas aos consumidores, informando sobre a composição, as técnicas de produção e, algumas vezes, a origem dos alimentos. Ainda que o consumidor se encontre restrito em sua capacidade de avaliar os fundamentos e a pertinência dessas informações, o fato singelo de a informação existir acaba gerando a sensação de que existe um controle, derivando daí o sentimento de que o alimento é saudável (VAZ, 2006).

Portanto, a informação compreensível, adequada e tempestiva é pressuposto indispensável para o consumidor dispor de condições mínimas capazes de garantir ao mesmo a perspectiva de fazer uma análise crítica sobre os alimentos e as condições intrínsecas para sua saúde e de sua família no ato de sua compra, fatos que corroboram para a relevância da temática aqui proposta.

2 A NECESSIDADE DA INFORMAÇÃO PARA A CONSECUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A sociedade contemporânea é denominada pelo termo “sociedade da informação”, todavia há um paradoxo nessa constatação que, por sua vez, deriva por de um lado ter-se a facilidade do acesso através dos meios eletrônicos e dos constantes avanços tecnológicos e, de outro, o fato de que a informação obtida pelos indivíduos é na maioria das vezes inadequada e insuficiente.

Ademais, deve-se atentar ao constante aumento de custos para analisar a informação mais

I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

relevante bem como a ampliação da demanda de informações necessárias pelas quais os agentes devem estar cientes. Assim, em quase todos os âmbitos da economia e da vida cotidiana nota-se uma dualidade de movimento: de um lado, existe uma tendência à liberalização e transparência; de outro, existe uma contínua normatização das atividades, muitas pertinentes às novas demandas da população intrínsecas aos efeitos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e outras ligadas às qualidades intrínsecas dos bens e serviços ofertados.

É nesse tocante, em que se destaca a emergência de associações de consumidores e serviços de informação especializados, os consumidores se deparam com o desafio de alcançar informações claras sobre os produtos ou serviços. A presença de informação imperfeita é peculiarmente grave no setor alimentar. Ela pode ser justificada pelo fato de que, geralmente, o fornecedor tem maior compreensão acerca da qualidade de seu produto do que o consumidor – parte mais vulnerável.

Na seara alimentícia, o problema se intensifica em decorrência de diversos fatores, tais como: industrialização e crescimento da escala das empresas, tendência de suprimento globalizado dos supermercados e das indústrias, preocupação dos consumidores com a saúde e crescente complexidade das cadeias de produção e distribuição (ZYLBERSZTA- JN, 2000).

O arcabouço literário sobre a “informação” evoluiu na década de 1970 com a superação do axioma clássico de que os agentes desfrutavam de informação perfeita para tomar suas decisões. No fim da década de 1970 e início da de 1980, eclodiram os trabalhos pioneiros que aplicavam este novo arcabouço para pormenorizar mercados competitivos nos quais os consumidores expõem dificuldades para avaliar a qualidade e condição dos produtos.

Dessa forma, a datar de algumas inconstâncias na maneira assumida pela assimetria de informação, os trabalhos supracitados visavam avaliar a essencialidade de diferentes mecanismos destinados a aumentar o grau de informação dos consumidores.

A segurança e a qualidade dos alimentos estão ganhando atenção representativa dos agentes da cadeia agroindustrial, dos quais os estímulos abarcam desde demandas progressivas dos consumidores por segurança do alimento, exigências técnicas dos demais elos constituintes da cadeia e, especialmente, a necessidade de obediência às normas e as exigências legais.

Ainda nessa perspectiva, também simboliza a dimensão institucional que conduz as políticas, os engenhos, as leis, as normas e os regulamentos. No que diz respeito ao nível individual, posicionam-se os produtores, os comerciantes, os manipuladores de alimentos e os consumidores. No nível organizacional, existem as tomadas de decisões que envolvem os recursos, as técnicas, os procedimentos e as estruturas necessárias para a administração dos riscos de caráter alimentar. Os agentes e os consumidores que comportam o ambiente são agências governamentais de vigilância

sanitária, os laboratórios de controle (responsáveis pelos testes para garantir a segurança dos alimentos), as organizações de consumidores (que se mobilizam para incumbir as exigências ao sistema de fiscalização do governo) e, ainda, as próprias empresas do ramo alimentício. Hierarquicamente, acima do nível organizacional há a dimensão que abrange as políticas, procedimentos, leis e regulamentos. Essa dimensão possui uma autonomia entre os *stakeholders*³ da cadeia produtiva dos alimentos. Na última dimensão, onde atua o sistema de segurança dos alimentos, encontram-se os *stakeholders* (CASSIANO, 2008, *passim*).

Por ser o último elo da cadeia alimentar, o consumidor possui suas responsabilidades no tocante à preservação, proteção, manipulação e preparo dos alimentos. Porém, paralelamente a isso, tem o direito de dispor de alimentos mais seguros a sua saúde. É indispensável que o consumidor seja esclarecido e esteja apto para discernir sobre a segurança do alimento, para que possa conhecer e compreender as características dos alimentos e suas técnicas tecnológicas de elaboração e conservação. Dessa maneira, será possível tomar decisões adequadas acerca de seu consumo ou não, bem como cada alimento precisa ser manipulado e preparado, sem que posteriormente advenham perigos à sua saúde e danos ao meio ambiente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste ensaio constatou-se que a segurança dos alimentos deve ser observada como um tópico de grande relevância na economia de países produtores. Os avanços tecnológicos nos métodos de produção agrícola, as novas técnicas de preparo dos alimentos, as rotulagens dos produtos, a contínua preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são questões que estão presentes nos debates sobre o quesito da qualidade e segurança dos alimentos para o consumidor. Produzir e fornecer alimento seguro são fatores que desafiam os diversos agentes envolvidos na cadeia de alimentos.

O Estado, sem dúvidas, exerce um papel fundamental na estruturação de padrões de segurança e controle da inocuidade dos alimentos. Porém, o que lamentavelmente ocorre no Brasil é que sua organização é complexa e chega por vezes a ser ineficiente. Isso ocasiona políticas fragmentadas, desperdício de recursos, falta de integração e coordenação e conflito de interesses nas ações locais e federais. A segurança dos alimentos, portanto, é um fator decisivo para a promoção do desenvolvimento

³ *Stakeholder* significa **público estratégico**. Em inglês *stake* significa interesse, participação, risco e *holder* significa aquele que possui. Assim, *stakeholder* também significa **parte interessada** ou **interveniente**. É uma palavra em inglês muito utilizada nas áreas de comunicação, administração e tecnologia da informação cujo objetivo é designar as pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico ou plano de negócios, ou seja, as partes interessadas.

econômico.

Não obstante, o método de informação por parte do consumidor é demasiadamente importante para que ele escolha de forma racional e livre o que consumir. Nesse sentido, conforme demonstrado neste ensaio, é possível concluir que somente dispondo de informações suficientes para compor o discernimento necessário acerca do alimento e estando preparado para o manuseio adequado destas é que o consumidor poderá usufruir de uma alimentação segura e que não gere danos a sua saúde e bem-estar.

REFERÊNCIAS

CASSIANO, Ana Carolina. Além do que se vê: uma análise do sistema de fiscalização dos riscos alimentares. In: GUIVANT, J. S.; RIAL, C. S. (Orgs.). **Alimentos, globalização e consumo**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MACHADO. Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

VAZ, Fabiano Nunes. **Informação e mercado frente ao risco alimentar associado à encefalopatia espongiforme bovina**. 2006. 130 p. Tese (Doutorado em Agronegócios). Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8149/000569039.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 set. 2013.

ZYLBERSZTAJN, Décio. A sanidade dos alimentos no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de fevereiro 2000.